

ANO FISCAL DE 2012
RELATÓRIO DE GESTÃO



INTRODUÇÃO

Mensagem do Executivo

A evolução da situação económica e financeira do País, após a intervenção externa das três entidades – *Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional* – que constituem a *Troyka*, tem condicionado de forma assinalável a capacidade de intervenção das autarquias locais, em especial daquelas, como é o Município de Santa Comba Dão, que apresentam fragilidades ao nível da captação de receitas a que se junta um endividamento assumidamente superior ao que seria normal.

Com um cenário envolvente de crise profunda e de alterações legislativas que levam a constantes adaptações tanto na forma de gerir, como na maneira de encarar e atacar os problemas, exige-se dos decisores políticos ao nível local, um maior esforço na condução da actividade municipal e uma melhor preparação nas diversas áreas de competências que a lei atribui ao poder local.

A diminuição de receitas é uma realidade a que não é possível fugir, nomeadamente os cortes das transferências do Estado, a diminuição drástica das receitas próprias onde o IMT e a Derrama caíram para os valores mais baixos desde que as novas regras de cálculo e cobrança destes impostos foram introduzidas, a extrema dificuldade na venda de bens e de serviços, a diminuição para menos de um terço relativamente a 2007 e 2008 das receitas provenientes das taxas urbanísticas e licenças de construção, etc..

Para que a compensação destas perdas se faça de modo a não hipotecar definitivamente o futuro da Câmara Municipal, o executivo tem vindo a efectuar cortes estruturais na despesa, que em 2011 e 2012, resultaram num equilíbrio anual entre receitas e despesas.

Na verdade, se o município não tivesse dívida de curto e médio-longo prazo acumulada, a situação financeira seria bem diferente e os resultados operacionais (*não afectados pelo pagamento de juros e pelas amortizações fiscais do imobilizado*) seriam positivos. Termos atingido esse objectivo, permitiu que hoje a situação económica do Município seja estável. Assim, o grande objectivo da gestão para os próximos anos será o da consolidação da situação financeira. Para isso, foram dados passos importantes no ano de 2012, com a apresentação de um Plano de Ajustamento Financeiro que inclui um Plano de Reequilíbrio Financeiro e o acesso ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Com a aplicação desse Plano no ano de 2013, será possível que num prazo de 5 anos, o Município viva mais desafogado. Conscientes que o caminho a percorrer é longo e difícil e que as leis que estão em preparação para entrarem em vigor em 2014, nomeadamente uma nova Lei de Finanças Locais e uma nova Lei de Competências e Atribuições das Autarquias Locais, podem vir a alterar significativamente o cenário em que hoje vivemos, é nossa convicção que Santa Comba Dão está mais preparada que a maioria dos concelhos da região, para ultrapassar as dificuldades que se avizinham. Esta certeza resulta do trabalho que está a ser feito, cujos resultados podem ser avaliados pelo Relatório que apresentamos, e do acompanhamento e projecção das consequências que essas alterações legais representam para o Concelho.

Como tem sido habitual nos últimos Relatórios de Gestão, apresentamos de seguida uma outra visão daquilo que foi o resultado das medidas de gestão tomadas em 2012, comparando com os anos anteriores. Desta forma pretendemos

ilustrar o que afirmamos nesta mensagem, relativamente aos números verificados no ano, sem considerarmos o peso da dívida transitada.

DESPESA

CLAS.	DESIGNAÇÃO	2012			2011			EVOL (%)
		No ano	Dívida Transitada	Total	No ano	Dívida Transitada	Total	
101	Assembleia Municipal	8.344 €	0 €	8.344 €	10.316 €	248 €	10.564 €	-19,1%
201	Despesas com Pessoal	2.352.074 €	14.734 €	2.366.808 €	2.767.765 €	117.116 €	2.884.881 €	-15,0%
202	Aquisição de Bens e Serviços	2.459.321 €	2.076.079 €	4.535.400 €	2.039.811 €	1.799.559 €	3.839.370 €	20,6%
20201	Aquisição de Bens	239.066 €	156.483 €	395.549 €	234.583 €	113.118 €	347.701 €	1,9%
20202	Aquisição de Serviços	2.220.255 €	1.919.596 €	4.139.851 €	1.805.228 €	1.686.441 €	3.491.669 €	23,0%
204	Transferências Correntes	153.141 €	110.703 €	263.844 €	208.482 €	93.633 €	302.115 €	-26,5%
205	Subsídios	235.935 €	0 €	235.935 €	417.000 €	0 €	417.000 €	-43,4%
206	Outras Despesas Correntes	23.929 €	0 €	23.929 €	38.485 €	1.549 €	40.034 €	-37,8%
207	Aquisição de Bens de Capital	1.189.566 €	4.472.911 €	5.662.477 €	1.682.293 €	4.549.821 €	6.232.115 €	-29,3%
208	Transferências de Capital	98.480 €	8.700 €	107.180 €	433.910 €	11.600 €	445.510 €	-77,3%
209	Activos Financeiros	0 €	1.500 €	1.500 €	1.500 €	0 €	1.500 €	-100,0%
303	Juros e Outros Encargos	502.267 €	27.603 €	529.870 €	426.600 €	16.574 €	443.174 €	17,7%
310	Passivos Financeiros	1.354.068 €	128.411 €	1.482.479 €	503.701 €	17.643 €	521.344 €	168,8%
TOTAIS		8.377.125 €	6.840.641 €	15.217.766 €	8.529.863 €	6.607.744 €	15.137.607 €	-1,8%

Verificou-se uma diminuição das Despesas com Pessoal, em linha com o que vinha acontecendo desde 2010 e um aumento das despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes. Este aumento ficou a dever-se às actualizações de IVA em diversos produtos como a Electricidade e o Gás e aos aumentos dos preços dos combustíveis. Essa é a razão por ser a sub-rubrica Aquisição de Serviços aquela que mais sobe.

Continuou a verificar-se uma diminuição das despesas com Aquisição de Bens de Investimento, assim como nos subsídios e nas Transferências Correntes.

No final do exercício, a despesa teve um decréscimo de 1,8% o qual teria outro significado se a liquidação do empréstimo de curto prazo contraído e utilizado em 2011, não tivesse sido pago em 2012. A verba respeitante aos passivos financeiros espelha essa situação. A despesa teria baixado em 2012 relativamente a 2011 cerca de 14%, sendo que em valor absoluta, teríamos uma despesa entre os 7.900.000 euros e os 8.000.000 de euros, valores perfeitamente compatíveis com o nível de receita obtidos.

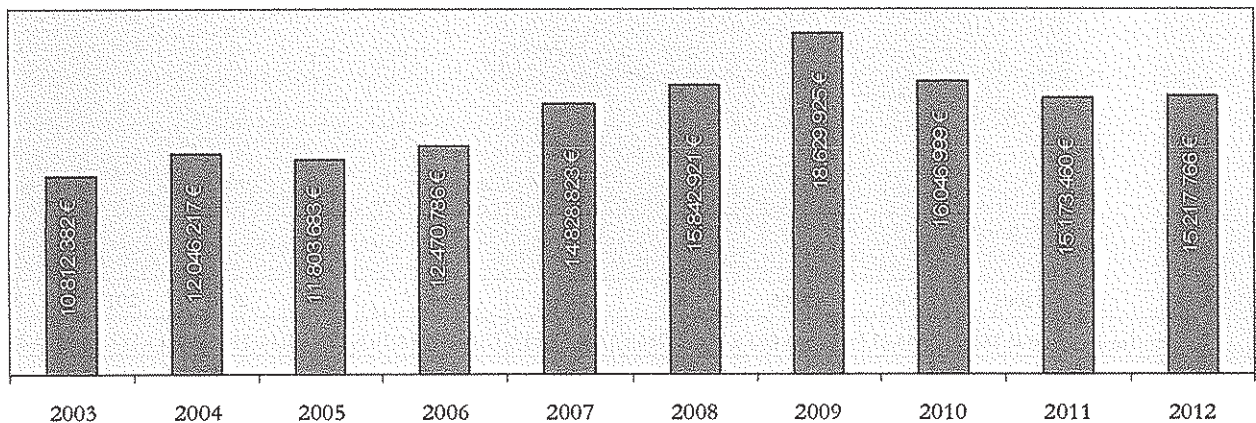
RECEITA

CLAS	DESIGNAÇÃO	ANOS		Evol. (%)
		2.011	2.012	
01	Impostos Directos	1.365.841,60	1.308.668,07	-4,19%
02	Impostos Indirectos	77.885,22	78.588,44	0,90%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	271.656,38	215.918,71	-20,52%
05	Rendimentos de Propriedade	324.418,06	483.735,56	49,11%
06	Transferências Correntes	3.164.616,75	3.917.308,80	23,78%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	435.291,83	386.203,63	-11,28%
08	Outras Receitas Correntes	31.502,36	24.417,97	-22,49%
09	Venda de Bens de Investimento	60.175,50	133.668,75	122,13%
10	Transferências de Capital	1.986.181,00	2.951.911,43	48,62%
12	Passivos Financeiros	500.000,00	460.000,00	-8,00%
15	Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	1.478,13	0,00	-100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	71.578,04	0,00	-100,00%
TOTAIS		8.290.625 €	9.960.421 €	20,14%

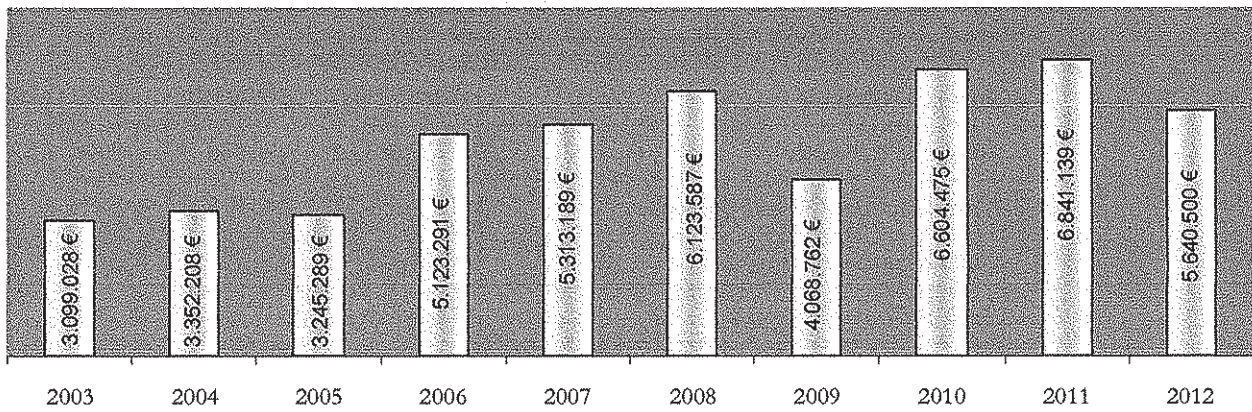
Como se verifica pelo quadro, a receita aumentou 20,14%, resultado que se deve à utilização de cerca de 1.500.000 euros retidos pela DGAL, no âmbito do Fundo de Regularização Municipal. De qualquer modo, a receita teria atingido um valor de 8.400.000 euros, o que ainda iria resultar num saldo anual positivo entre a receita e a despesa.

A seguir apresentamos um conjunto de gráficos que ilustram a evolução nos últimos 10 anos que a nível orçamental, se verificou na Câmara Municipal.

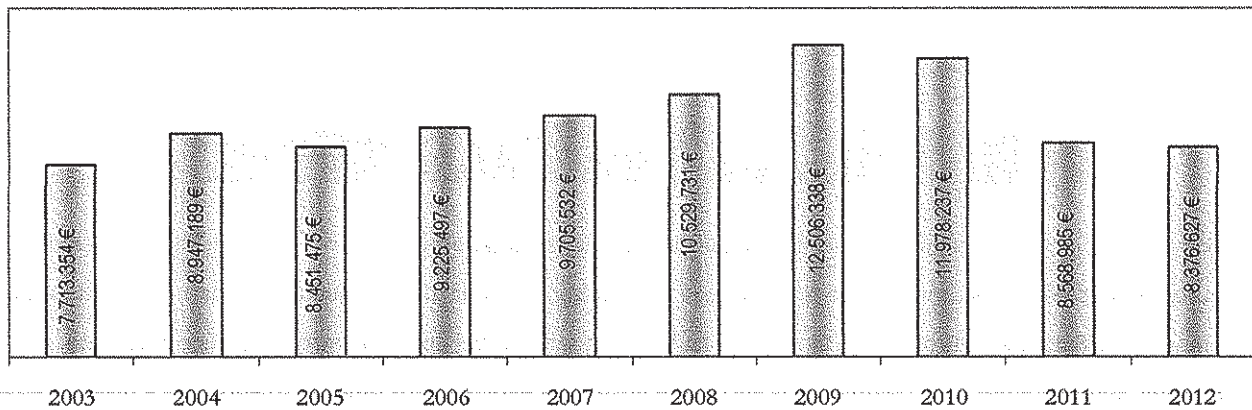
DESPESA
Valores Com Divida



Divida

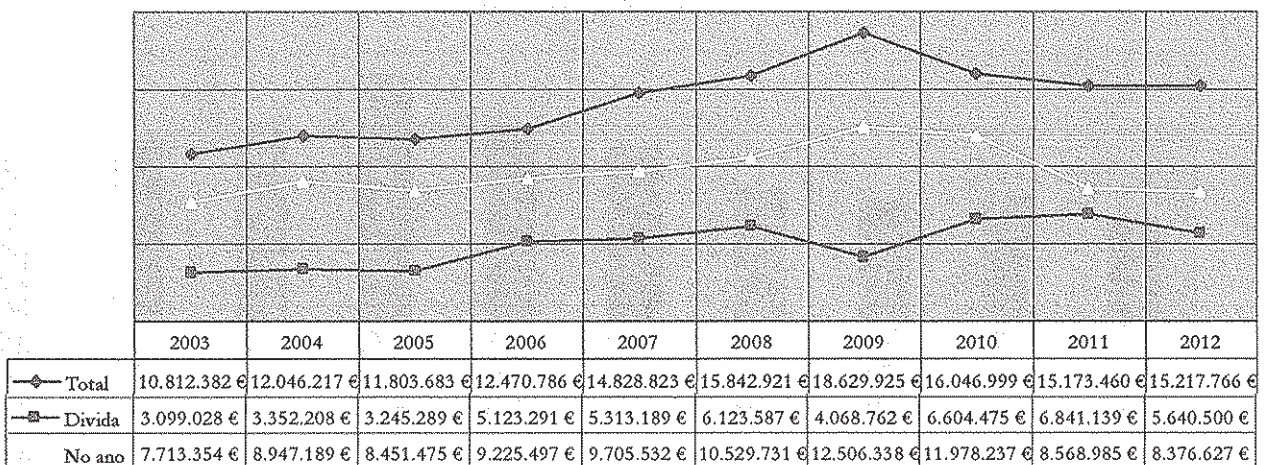


Despesa do Ano



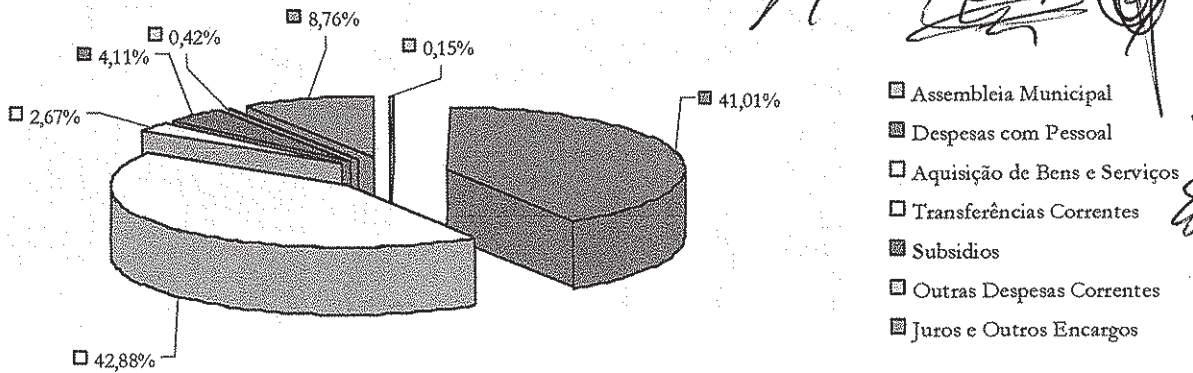
Evolução

◆ Total ■ Divida No ano



Anos

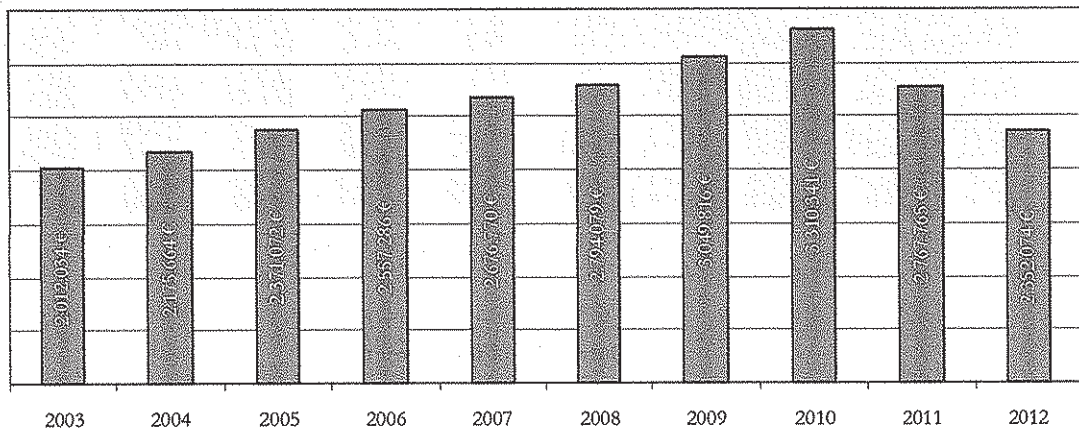
Despesa Corrente



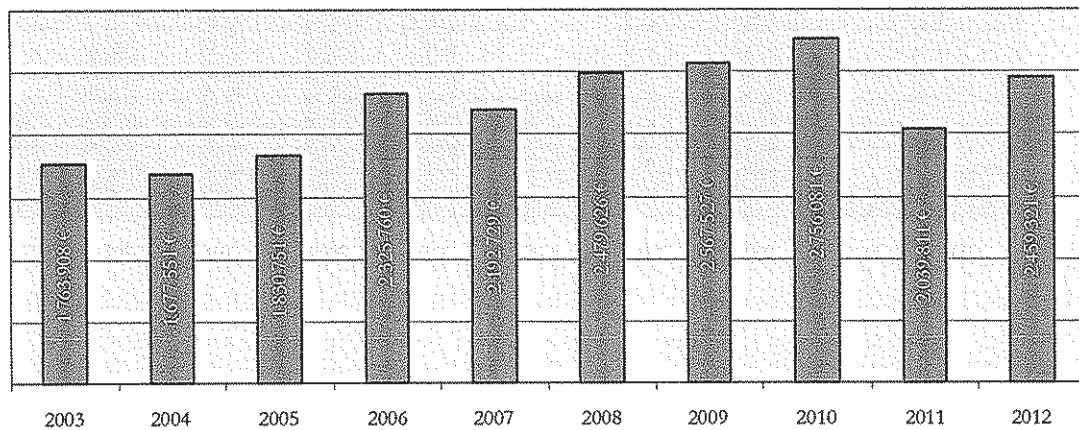
Handwritten signatures and initials:
 NK
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

GRÁFICOS DA DESPESA CORRENTE POR RUBRICAS ORÇAMENTAIS

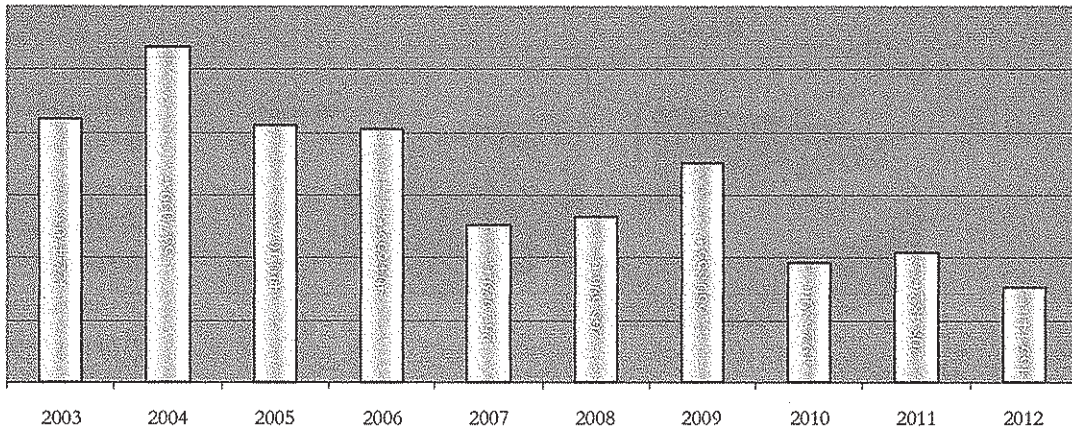
Despesas Com Pessoal



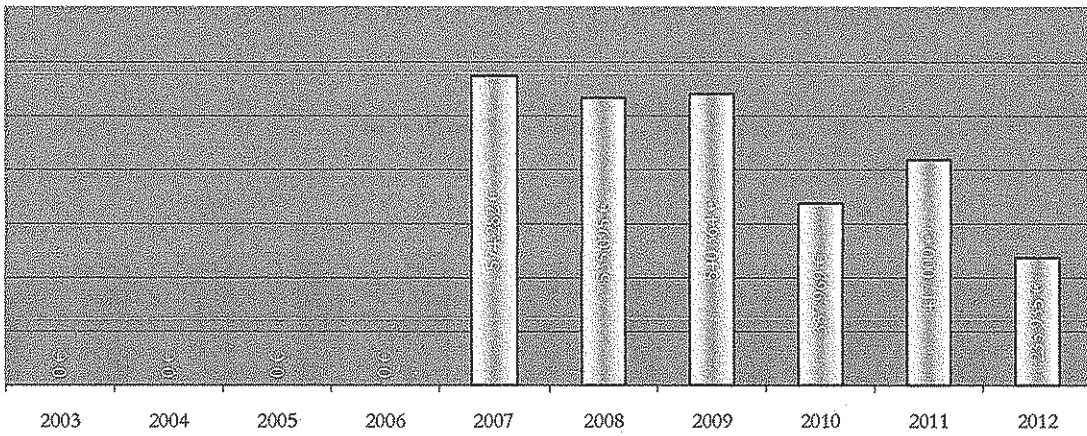
Aquis. Bens e Serviços Correntes



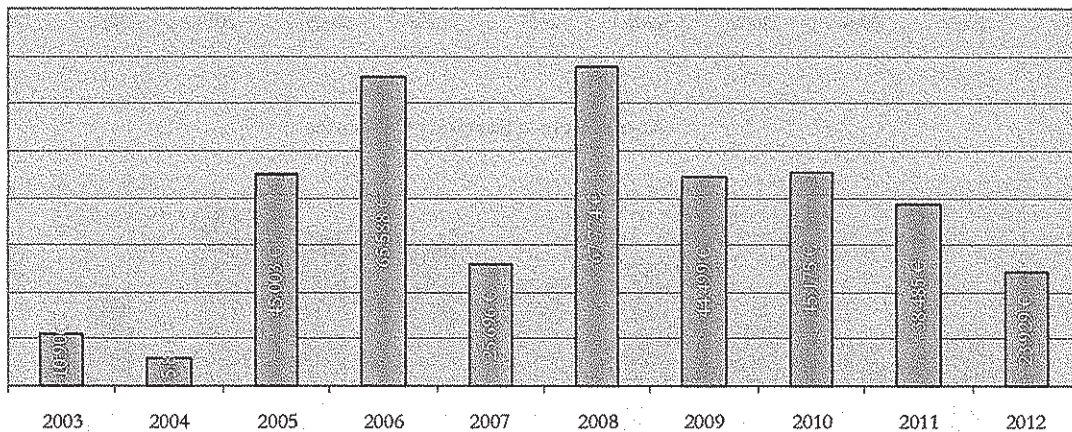
Transferências Correntes



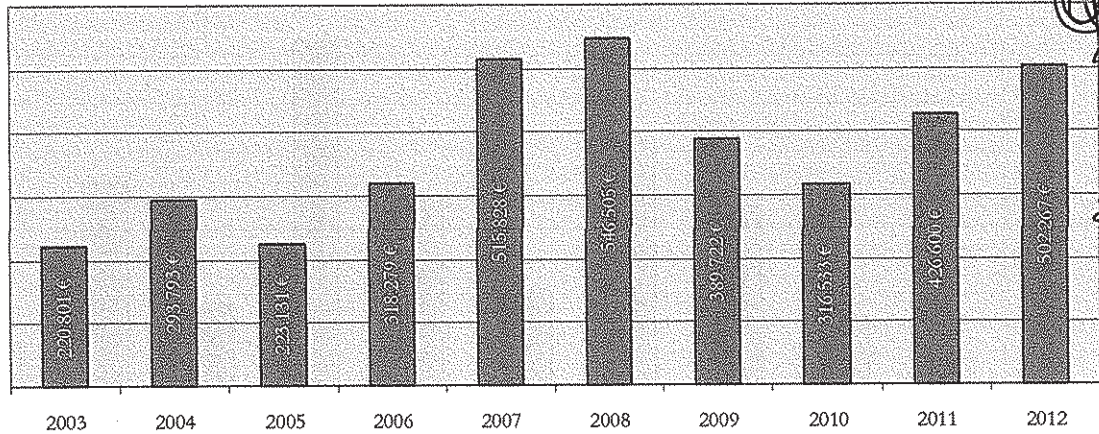
Subsídios



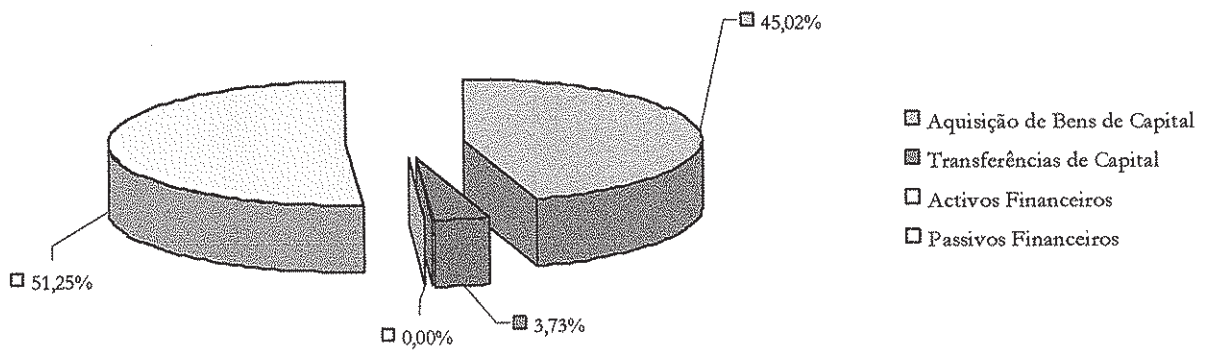
Outras Despesas Correntes



Juros e Outros Encargos

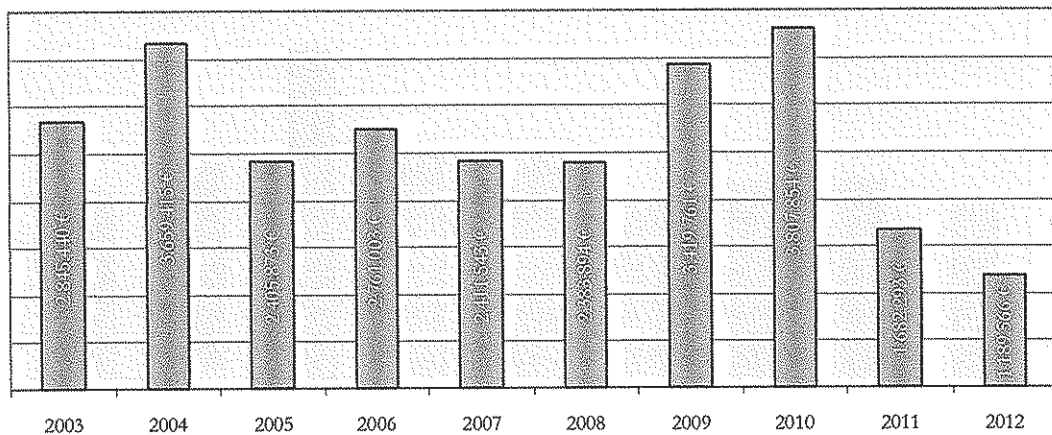


Despesa de Capital

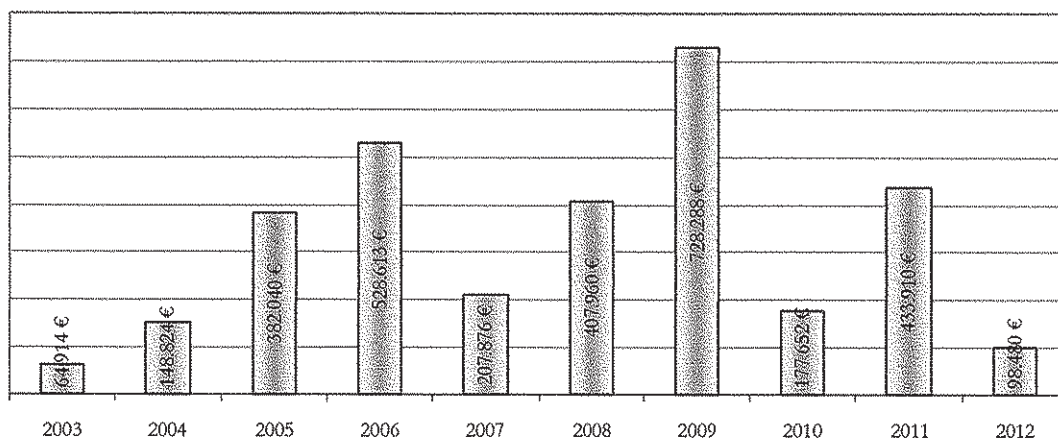


GRÁFICOS DA DESPESA DE CAPITAL POR RUBRICAS ORÇAMENTAIS

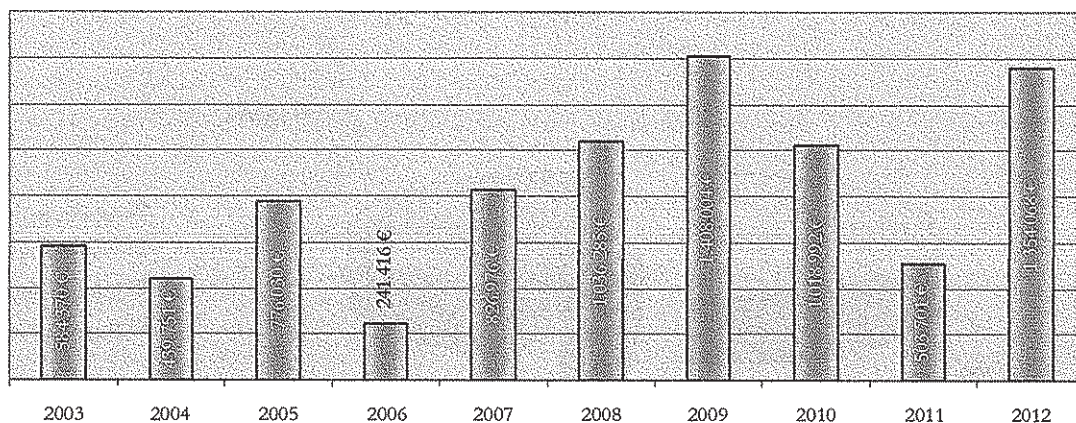
Aquis. Bens de Capital



Transferências de Capital



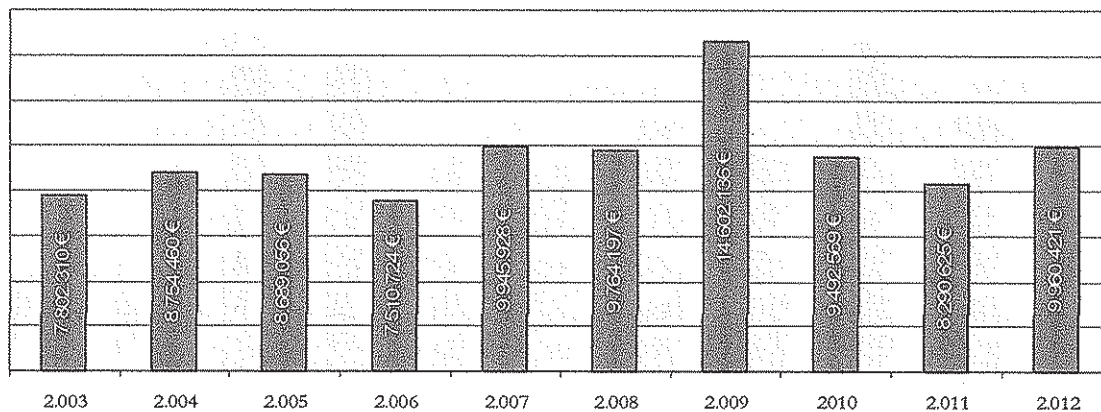
Passivos Financeiros



EVOLUÇÃO ANUAL DA RECEITA

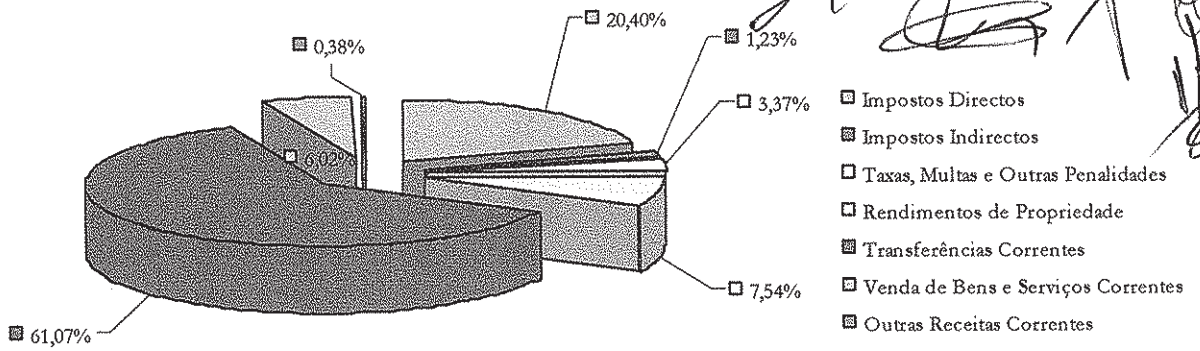
Evolução Anual da Receita

■ Valores



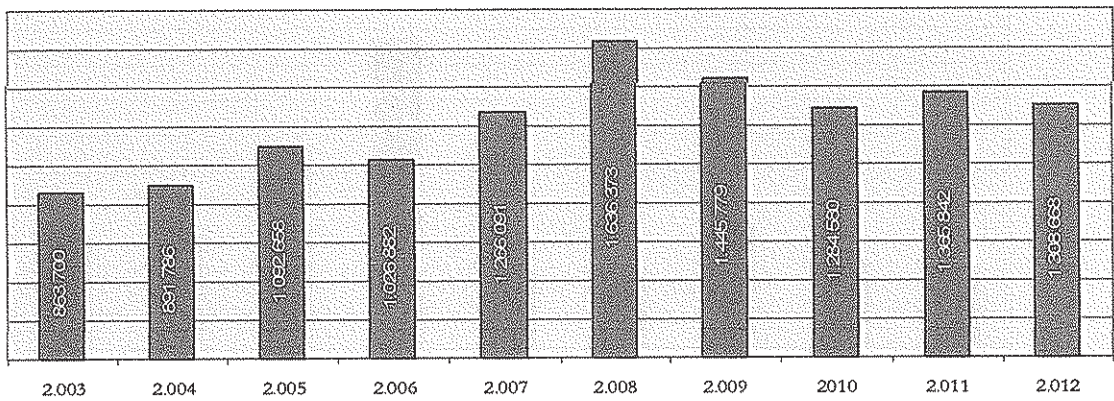
GRÁFICOS DA RECEITA CORRENTE POR RUBRICAS ORÇAMENTAIS

Composição da Receita Corrente



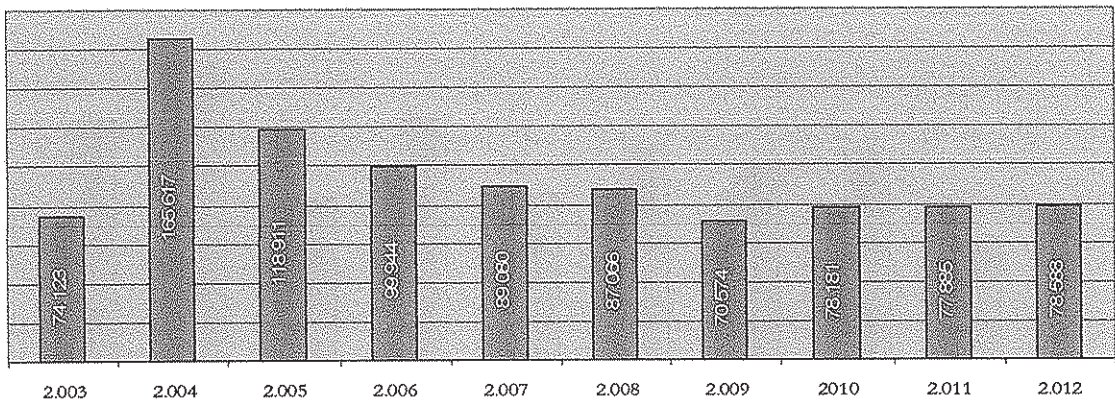
Evolução Anual da Receita

Impostos Directos



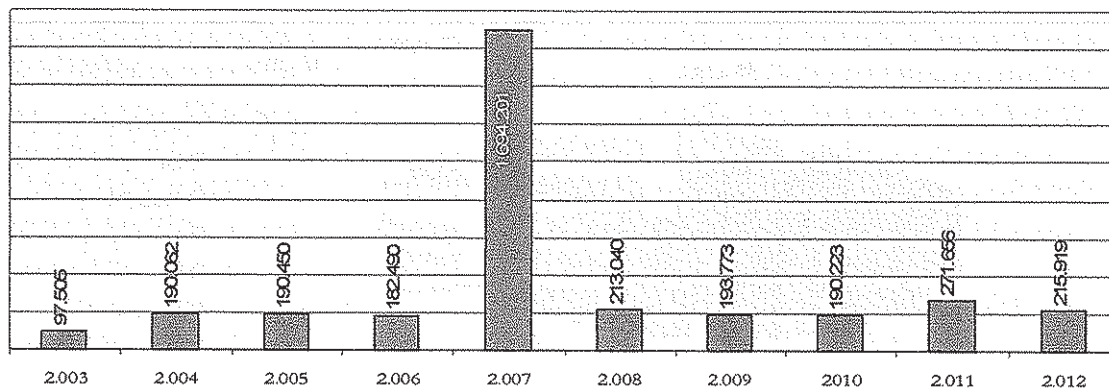
Evolução Anual da Receita

Impostos Indirectos



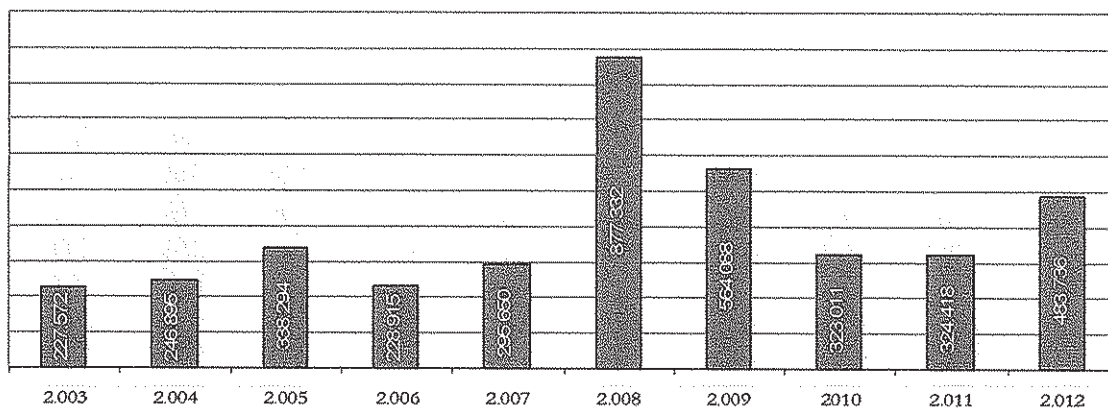
Evolução Anual da Receita

■ Taxas, Multas e Outras Penalidades



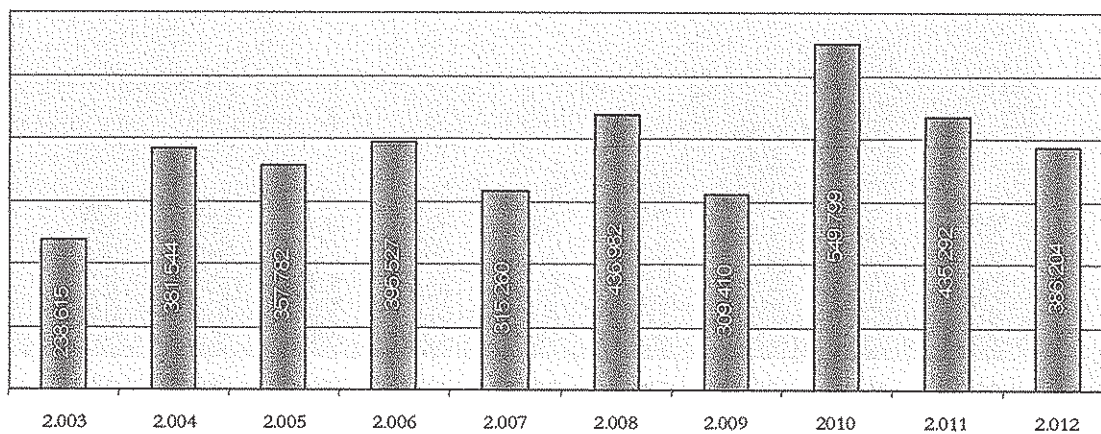
Evolução Anual da Receita

■ Rendimentos de Propriedade



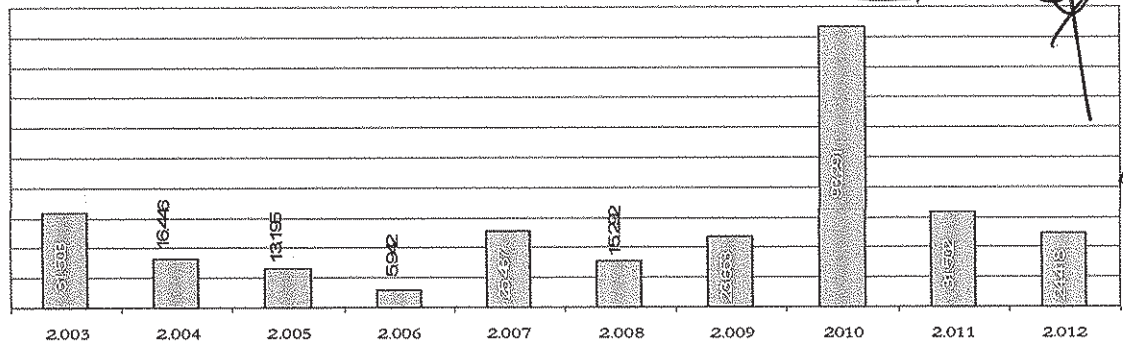
Evolução Anual da Receita

■ Venda de Bens e Serviços Correntes

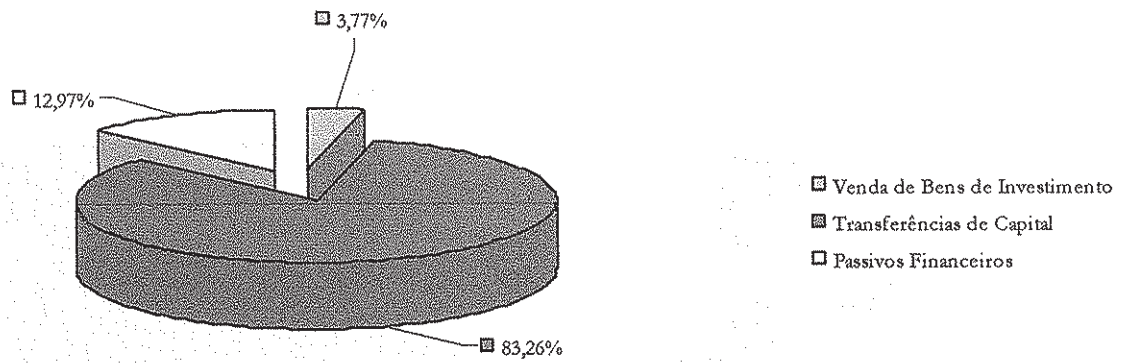


Evolução Anual da Receita

▣ Outras receitas Correntes



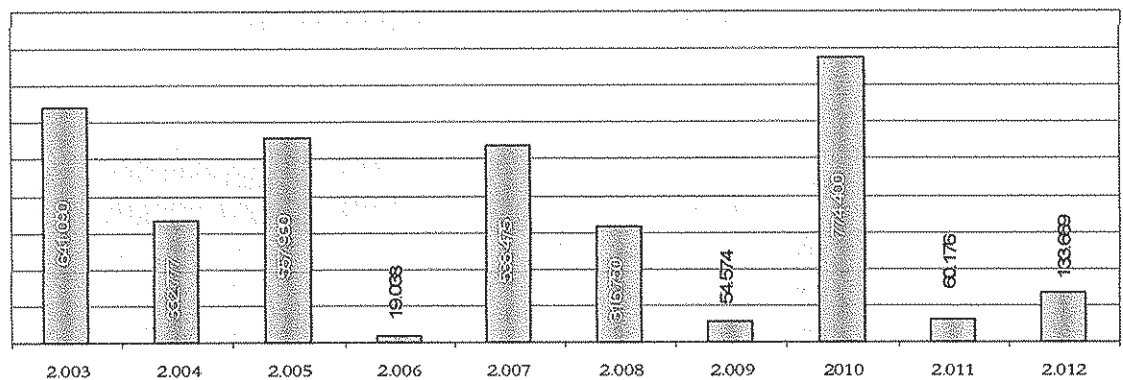
Composição da Receita de Capital



GRÁFICOS DA RECEITA DE CAPITAL POR RUBRICAS ORÇAMENTAIS

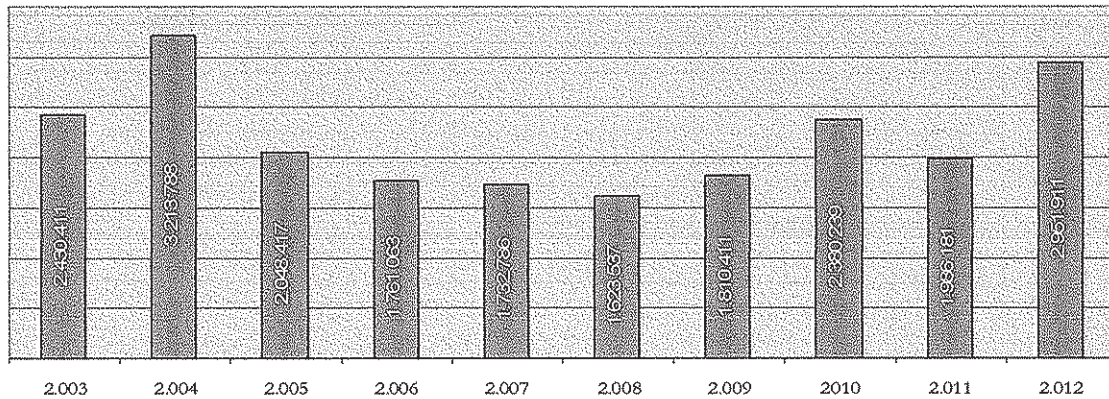
Evolução Anual da Receita

▣ Venda de Bens de Investimento



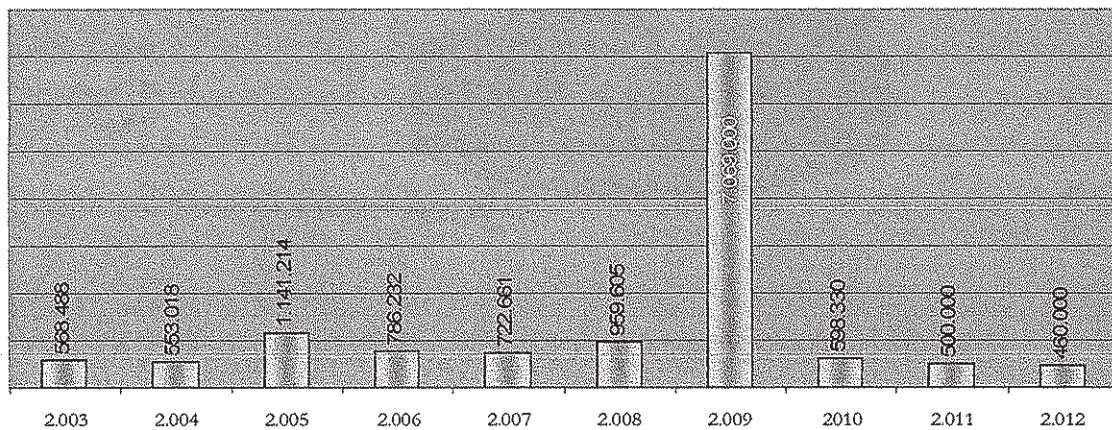
Evolução Anual da Receita

■ Transferências de Capital



Evolução Anual da Receita

■ Passivos Financeiros

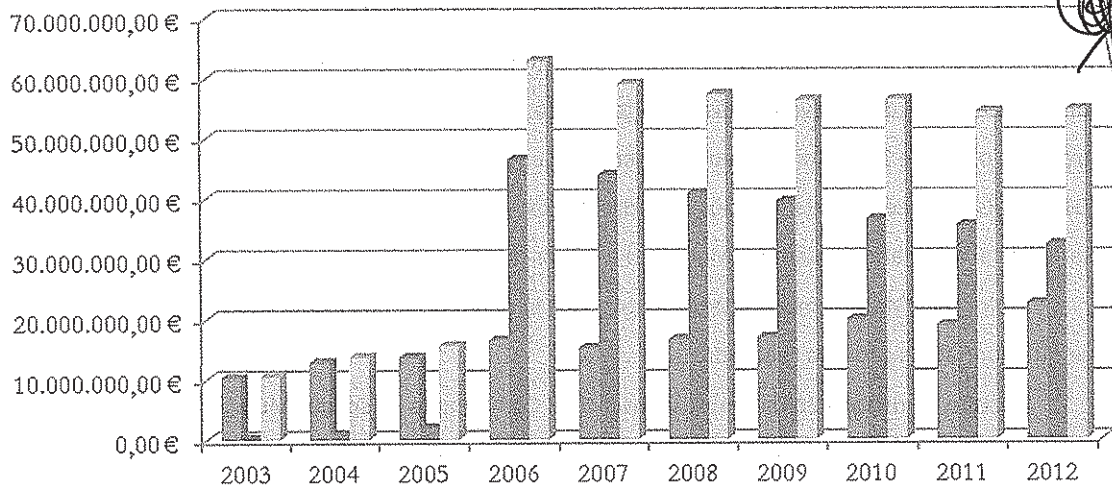


EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL

ANOS	Domínio Público	Domínio Privado	TOTAL
2003	166.000,49 €	10.350.501,00 €	10.516.501,49 €
2004	893.486,83 €	12.861.717,51 €	13.755.204,34 €
2005	1.984.522,51 €	13.621.842,77 €	15.606.365,28 €
2006	46.495.579,66 €	16.449.210,80 €	62.944.790,46 €
2007	43.858.720,84 €	15.166.644,32 €	59.025.365,16 €
2008	40.755.508,62 €	16.549.097,27 €	57.304.605,89 €
2009	39.455.848,15 €	16.879.487,12 €	56.335.335,27 €
2010	36.487.960,66 €	19.871.408,43 €	56.359.369,09 €
2011	35.456.452,46 €	18.859.682,17 €	54.316.134,63 €
2012	32.266.572,85 €	22.435.678,26 €	54.702.251,11 €

Evolução do Património

Domínio Privado
 Domínio Público
 Total



RESULTADO OPERACIONAL

O Resultado Operacional, assim como o Resultado Líquido do Exercício, da Câmara Municipal são calculados de acordo com as normas de contabilidade pública, substancialmente diferentes das normas insertas no Plano Oficial de Contabilidade obrigatório para as empresas.

A Câmara Municipal, cujo património tem um valor elevado – um total de 81.944.447,78€ de activo bruto, sendo 54.702.251,11 € do domínio público e 27.567.568,93 € do domínio privado e um total de 54.702.251,11 € de activo líquido (após amortizações) sendo 32.266.572,85 € do domínio público e 22.435.678,26 € do domínio privado – assume anualmente amortizações fiscais desse património, também, bastante elevadas, razão para que os resultados líquido e operacional sejam sistematicamente negativos.

Se no mapa de custos retirarmos o valor das amortizações (já que não constituem na realidade uma “despesa”, no conceito corrente do termo, visto que na contabilidade “custo” integra as amortizações/desvalorização fiscal do património e as provisões, para eventuais imparidades), a diferença entre os proveitos e os custos seria positiva em 2011 (+439.129,67€) e em 2012 (+106.748,11€). Seriam esses os resultados líquidos dos exercícios de 2011 e 2012.

Por outro lado, se calculássemos os resultados operacionais, seriam de 617.900,81€ em 2011 e 849.857,89€ em 2012.

Poderia o executivo ter optado por não ter feito a reavaliação do património e os resultados seriam positivos, mas estaria a cometer uma ilegalidade já que é competência do Presidente da Câmara ter a avaliação do património actualizada. Por outro lado, é confortável para os munícipes saberem que a Câmara Municipal tendo uma dívida assumidamente alta, tem activos que superam largamente essa dívida, o que garante a sua sustentabilidade.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 2012, aproveitando a vontade do Governo em apoiar os Municípios cuja situação financeira os coloca acima dos limites do endividamento, a Câmara Municipal elaborou e submeteu à aprovação da Comissão de Análise constituída pela Direcção Geral das Autarquias Locais, pela Inspeccão Geral de Finanças e pelo Tribunal de Contas, um Plano de Ajustamento Financeiro que integra um Plano de Reequilíbrio Financeiro e o acesso ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Com este plano, já aprovado e em vias de vir a ser colocado em prática, a Câmara Municipal ficará numa

situação privilegiada para encarar o futuro com outra tranquilidade, pois as reformas estruturais implementadas e as que constam do Plano para serem introduzidas, terão certamente resultados animadores.

Tendo o executivo elegido a consolidação financeira como a grande meta a atingir no curto prazo, não esqueceu todas as outras competências prosseguindo a aposta na valorização da oferta cultural, desportiva e social, áreas com dinâmica assinalável e que tem vindo a constituir um caso exemplar ao nível regional.

No entanto, também as intervenções de proximidade a que se deu maior relevância a partir de 2011, constituíram uma das prioridades ao nível da intervenção física no território.

Por outro lado, o ano de 2012, foi marcado pela entrada em vigor de duas leis que trouxeram alterações significativas. A lei 8/2012, mais conhecida pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e a Lei 50/2012, lei do Sector Empresarial Local, obrigaram a Câmara Municipal a tomar decisões de fundo cujas implicações foram:

- Maior rigor na assumpção de compromissos já que é obrigatório garantir a existência de fundos disponíveis para que qualquer aquisição seja realizada.
- Decisão de dissolução da empresa municipal Combanima – Espaços Municipais, EM.

Se no primeiro caso, o cumprimento do normativo legal, se afigura como necessário e indispensável, representando um salto em frente no relacionamento dos Municípios com os seus fornecedores, já no segundo caso, a decisão foi penalizadora, em especial porque foi necessário dispensar um conjunto alargado de trabalhadores cuja postura e rendimento não merecia esse desfecho.

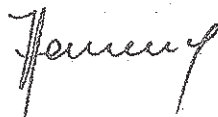
Quanto às actividades desenvolvidas pelos diversos sectores, fomos, ao longo do ano, dando nota nos relatórios apresentados à Assembleia Municipal, do que foi feito pelas diversas equipas de trabalho da Câmara Municipal, nas suas várias vertentes. Sem pretendermos destacar nenhum sector em especial, é, no entanto, nossa obrigação valorizar a colaboração intensa com as Juntas de Freguesia que nos permitiu chegar mais rapidamente e com maior eficiência junto dos munícipes. Não sendo possível descrever todas as intervenções efectuadas, recordamos a intervenção no novo edifício da Junta de Freguesia de Pinheiro de Ázere, as melhorias no ordenamento da Senhora da Ribeira, na Gestosa, no Coval, em Vila Pouca, em Treixedo e em Nagosela, e ainda a conclusão da rede de saneamento de Vale Couço, a decisiva intervenção no Monumento ao Bombeiro e os diversos trabalhos de carpintaria solicitados por associações e Presidentes de Junta, tudo feito por administração directa.

Em 2012, iniciaram-se os trabalhos de Refuncionalização da Casa dos Arcos, obra financiada a 60% pelo PRODOR, que vai permitir a instalação do Balcão Único de Atendimento para os serviços da Câmara Municipal, o qual funcionará em rede com os concelhos da Comunidade Intermunicipal da Região Viseu Dão-Lafões.

Também em 2012, podemos desenvolver de forma definitiva o projeto SIG – Sistema de Informação Geográfico, instrumento imprescindível para aproximar os cidadãos ao seu concelho, sejam eles residentes, imigrantes ou estudantes a residir fora.

Santa Comba Dão, 9 de Abril de 2012

O Presidente da Câmara



O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Comba Dão para 2012, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), cumprindo o preceituado no n.º 13.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita reflete um aumento das receitas próprias, contudo continua a existir a impossibilidade de atingir os valores previstos. A sobredotação de algumas rubricas, nomeadamente de 'Outras receitas correntes' e 'Venda de bens de investimento', conduz a que o grau de execução continue baixo. Na tabela seguinte, verificam-se desvios nas diferentes rubricas, tendência revelada também em exercícios anteriores:

Rub.	Designação	2012				2011			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.
01	Impostos diretos	1.407.747,00	1.308.668,07	-99.078,93	92,96%	1.537.968,00	1.365.841,60	-172.126,40	88,81%
02	Impostos indiretos	85.220,00	78.919,14	-6.300,86	92,61%	74.989,00	77.885,22	2.896,22	103,86%
04	Taxas, multas e outras penalidades	345.053,00	215.955,09	-129.097,91	62,59%	215.085,00	271.656,38	56.571,38	126,30%
05	Rendimentos da propriedade	513.100,00	483.735,56	-29.364,44	94,28%	2.193.943,00	324.418,06	-1.869.524,94	14,79%
06	Transferências correntes	5.516.312,92	3.810.517,30	-1.705.795,62	69,08%	3.368.765,00	3.164.616,75	-204.148,25	93,94%
07	Venda de bens e serviços correntes	453.958,00	386.203,63	-67.754,37	85,07%	596.100,00	435.291,83	-160.808,17	73,02%
08	Outras receitas correntes	178.543,00	24.417,97	-154.125,03	13,68%	8.000,00	31.502,36	23.502,36	393,78%
09	Venda de bens de investimento	2.582.827,08	133.668,75	-2.449.158,33	5,18%	3.939.728,00	60.175,00	-3.879.553,00	1,53%
10	Transferências de capital	4.902.155,92	3.058.702,93	-1.843.452,99	62,40%	4.340.082,00	1.986.181,00	-2.353.901,00	45,76%
12	Passivos financeiros	460.000,00	460.000,00	0,00	100,00%	536.531,00	500.000,00	-36.531,00	93,19%
15	Reposições não abetidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	-	5,00	1.478,13	1.473,13	29562,60%
16	Saldo da gerência anterior	0,00	0,00	0,00	-	71.578,04	71.578,04	0,00	100,00%
Total Receitas		16.444.916,92	9.960.788,44	-6.484.128,48	60,57%	16.882.774,04	8.290.624,37	-8.592.149,67	49,11%

O orçamento da receita foi inferior ao do ano 2011 em 437.857,12 euros.

O grau de execução orçamental das receitas no exercício de 2012 foi de 60,57%.

O Município continua com uma taxa de execução do orçamento da receita baixo, embora superior à execução do ano anterior em 11,46%. O baixo grau de execução orçamental resulta da orçamentação da receita continuar condicionada pelo valor de despesa realizada e não paga no exercício anterior, mas exige o Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que a dotação das receitas seja suficiente para cobrir as despesas, o que influencia a projeção das receitas previstas em valores superiores aos esperados na realidade.

Podemos também concluir que o Município continua a enfrentar dificuldades em gerar nova receita própria para fazer face aos compromissos assumidos.

1.1.2. DESPESA

A análise orçamental da despesa incide sobre duas realidades, valores 'executados' e valores 'pagos', das quais são retiradas conclusões distintas.

O grau de execução da despesa diminuiu de 95,57% para 94,96% se considerarmos os valores 'executados', e aumentou 49,35% para 60,16 % se considerarmos os valores 'pagos'.

Nas tabelas seguintes apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e seguidamente os dados do exercício que o precedeu:

2012								
Rub.	Designação	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	23.000,00	8.344,20	-14.655,80	36,28%	8.344,20	-14.655,80	36,28%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	1.500,00	0,00	-1.500,00	0,00%	0,00	-1.500,00	0,00%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.375.495,00	2.369.888,55	-5.606,45	99,76%	2.328.115,58	-47.379,42	98,01%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	4.886.109,92	4.769.792,76	-116.317,16	97,62%	1.907.217,96	-2.978.891,96	39,03%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	290.702,00	264.843,67	-25.858,33	91,10%	143.275,12	-147.426,88	49,29%
0102 05	Câmara Municipal - Subsídios	236.000,00	235.935,00	-65,00	99,97%	235.935,00	-65,00	99,97%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	25.277,00	23.928,67	-1.348,33	94,67%	22.790,71	-2.486,29	90,16%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	6.308.783,00	5.821.578,94	-487.204,06	92,28%	3.277.303,57	-3.031.479,43	51,95%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	124.700,00	107.180,00	-17.520,00	85,95%	102.680,00	-22.020,00	82,34%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	1.500,00	1.500,00	0,00	100,00%	0,00	-1.500,00	0,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	661.850,00	529.869,98	-131.980,02	80,06%	493.214,25	-168.635,75	74,52%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.510.000,00	1.482.478,72	-27.521,28	98,18%	1.374.866,27	-135.133,73	91,05%
Total despesas		16.444.916,92	15.615.340,49	-829.576,43	94,96%	9.893.742,66	-6.551.174,26	60,16%

2011								
Rub.	Designação	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	23.000,00	10.316,11	-12.683,89	44,85%	10.316,11	-12.683,89	44,85%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	1.500,00	247,93	-1.252,07	16,53%	247,93	-1.252,07	16,53%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.885.417,04	2.884.881,04	-536,00	99,98%	2.870.146,92	-15.270,12	99,47%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	3.913.877,00	3.900.108,46	-13.768,54	99,65%	1.763.290,24	-2.150.586,76	45,05%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	313.525,00	307.115,27	-6.409,73	97,96%	193.912,55	-119.612,45	61,85%
0102 05	Câmara Municipal - Subsídios	417.000,00	417.000,00	0,00	100,00%	417.000,00	0,00	100,00%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	40.095,00	40.033,55	-61,45	99,85%	40.033,55	-61,45	99,85%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	7.348.446,00	7.135.662,95	-212.783,05	97,10%	1.759.203,48	-5.589.242,52	23,94%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	466.400,00	445.509,95	-20.890,05	95,52%	441.009,95	-25.390,05	94,56%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	1.500,00	1.500,00	0,00	100,00%	0,00	-1.500,00	0,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	472.014,00	471.830,17	-183,83	99,96%	444.226,86	-27.787,14	94,11%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.000.000,00	521.344,25	-478.655,75	52,13%	392.932,96	-607.067,04	39,29%
Total despesas		16.882.774,04	16.135.549,68	-747.224,36	95,57%	8.332.320,55	-8.550.453,49	49,35%

Na estrutura da despesa, a análise efetuada a partir dos valores 'executados' revela uma diminuição no respetivo grau de execução na ordem dos 0,61 p.p., contudo em termos de valores absolutos o valor global da despesa foi inferior ao do ano anterior em cerca de 520 mil euros.

Considerando valores absolutos e continuando a considerar como referência os valores 'executados' verificamos:

- Diminuição de aquisição de bens e serviços correntes, 2 p.p.;
- Diminuição das transferências correntes, 6 p.p.;
- Diminuição outras despesas correntes, 5 p.p.;
- Diminuição de aquisição de bens de capital, 2 p.p.;
- Diminuição das transferências de capital, 9 p.p.;
- Diminuição dos juros e outros encargos, 19 p.p.;
- Aumento de passivos financeiros, 46 p.p..

As diminuições resultam da implementação de medidas de contenção de despesa, contudo verifica-se aumento na rubrica de passivos financeiros. O aumento da rubrica de passivos financeiros resulta da amortização de empréstimos, no exercício.

1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental, tal como em exercícios anteriores, parte da estrutura de receitas/despesas correntes desequilibrada, apresentando assim valores negativos nos sucessivos exercícios, tendência que começa a ser contrariada e que mostra uma evolução positiva no exercício de 2012, devendo-se ao comportamento da receita que aumentou 11,48% comparativamente ao exercício transacto. A despesa (considerando valores de compromissos assumidos) teve um comportamento negativo com um aumento de cerca de 2,12%.

As despesas correntes de 2012 ascenderam a 8.202.602,83 euros, mostrando-se superiores em 29,74%, em relação às receitas correntes que totalizaram 6.322.468,45 euros.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	6.322.468,45	Receitas	5.671.212,20
Despesas	8.202.602,83	Despesas	8.031.532,53
Défice 2012	-1.880.134,38	Défice 2011	-2.360.320,33

1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

O resultado das operações de capital, tal como nos resultados correntes, é também ele negativo, constituindo estes a maior parcela do défice orçamental do Município à data de 31 de Dezembro de 2012. A execução dos investimentos no âmbito do QREN e o fato de existirem atrasos no recebimento das receitas que financiam os mesmos condiciona o valor do défice no exercício em análise. Assim, as receitas de capital, no exercício de 2012, cobrem as despesas de capital em 49,27%. Em 2011 este rácio foi de 31,42%.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	3.652.371,68	Receitas	2.546.356,50
Despesas	7.412.737,66	Despesas	8.104.017,15
Défice 2012	-3.760.365,98	Défice 2011	-5.557.660,65

1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa (considerando compromissos assumidos) permite identificar desvios significativos tanto em 2012 como nos exercícios transatos, concluindo-se que no futuro terão que

ser traçadas metas que contrariem esta tendência. No final do exercício de 2012 aferiu-se um saldo negativo de 5.640.500,36 euros entre receitas e despesas sendo este no final do exercício de 2011 de 7.844.924,81 euros.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	9.974.840,13	Receitas	8.290.624,87
Despesas	15.615.340,49	Despesas	16.135.549,68
Défice 2012	-5.640.500,36	Défice 2011	-7.844.924,81

Verificamos um aumento no valor das receitas na ordem dos 20,31%. Relativamente às despesas verificamos uma diminuição na ordem dos 3,22%.

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Consideram-se receitas próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios, e sem influência de organismos externos. Assim, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências recebidas e a empréstimos contraídos (passivos financeiros).

Designação	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	2.631.201,13	26,42%	2.639.827,12	31,84%
Outras Receitas	7.329.220,23	73,58%	5.650.797,75	68,16%
Total das Receitas	9.960.421,36	100,00%	8.290.624,87	100,00%

Em 2012 estas receitas corresponderam a 26,42% do total das receitas, do que se depreende que o grande bolo de cobranças efetuadas depende de financiamentos externos à autarquia.

2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O comportamento geral das receitas próprias é negativo. Verifica-se, em 2012, um decréscimo de 5,42 pontos percentuais do peso das receitas próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2011, com um decréscimo do seu valor absoluto em 8.625,99 euros, como podemos verificar através do quadro seguinte:

Rub.	Designação	2012		2011	
		Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos directos	1.308.668,07	49,74%	1.365.841,60	51,74%
02	Impostos indirectos	78.588,44	2,89%	77.885,22	2,95%
04	Taxas, multas e out pen.	215.918,71	8,21%	271.656,38	10,29%
05	Rendimentos da propriedade	483.795,56	18,38%	324.418,06	12,29%
07	Venda de bens e serv. corr.	386.203,63	14,68%	435.291,83	16,49%
08	Outras receitas correntes	24.417,97	0,93%	31.502,36	1,19%
09	Venda de bens de inv.º	133.668,75	5,08%	60.175,50	2,28%
15	Rep. n/ abatidas nos pagamºs	0,00	0,00%	1.478,13	0,06%
16	Saldo da gerência anterior	0,00	0,00%	71.576,04	2,71%
Total das receitas próprias		2.631.201,13		2.639.827,12	
Total das receitas		9.960.421,36	26,42%	8.290.624,87	31,84%

Contribui para esta diminuição, verificada no exercício de 2012, das receitas próprias, os impostos directos, as taxas, multas e outras penalidades, a venda de bens e serviços correntes, a venda de bens de investimento, as outras receitas correntes e o saldo transitado da gerência anterior. Verificou-se aumento nas rubricas de impostos indirectos, rendimentos da propriedade e na venda de bens de investimento.

2.1.3. INDICADORES

Pela análise dos indicadores podemos verificar que as receitas próprias cobrem cerca de 17% da despesa total, representando um acréscimo de 1 ponto percentual comparativamente ao exercício transacto.

Os impostos directos, que representam a principal fonte de receita própria, representam apenas 13% da totalidade da receita, verificando-se um decréscimo do peso destes na receita total.

Rácio	2012	2011
Receitas Próprias / Despesa Total	0,17	0,16
Receitas Próprias / Receita Total	0,26	0,32
Impostos Directos / Receita Total	0,13	0,16

2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resulta da sua atividade directa são as transferências correntes e de capital, assim como os passivos financeiros, nomeadamente empréstimos contratados. No município, estes financiamentos representam 73,58% do total das receitas no exercício de 2012, pelo que comparativamente ao exercício transacto verificamos um acréscimo de 5,42 p.p.

Financiamento não próprio	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	3.810.517,30	51,99%	3.164.616,75	56,00%
Transferências capital	3.058.702,93	41,73%	1.986.181,00	35,15%
Passivos Financeiros	460.000,00	6,28%	500.000,00	8,85%
Total financiamento não próprio	7.329.220,23	73,58%	5.650.797,75	68,16%
Total Receitas	9.960.421,36		8.290.624,87	

Podemos verificar, tal como o ocorrido no exercício de 2011, que no exercício em análise foram as transferências correntes que possuíram maior peso (51,99 %) verificando-se uma diminuição de 4,01 p.p.. Relativamente às transferências de capital podemos verificar um acréscimo na ordem dos 6,58 p.p., enquanto que os passivos financeiros decresceram aproximadamente 2,5 p.p.. O aumento verificado nas transferências correntes e de capital, contemplam o valor das retenções efetuadas pela Direcção Geral das Autarquias Locais de 10%, nas transferências mensais, do Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente e capital), relativo ao estipulado no n.º 4 do artigo 5º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, que foi devolvido ao Município, no valor de 1.504.731,84 euros relativo a retenções efetuadas entre Dezembro de 2007 e Junho de 2012. À data de 31 de Dezembro de 2012, encontrava-se retido o valor de 183.066 euros (correspondente ao 2º semestre de 2012).

2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento do Estado, nos termos consignados na Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais (LFL) que estabelece as seguintes formas de participação:

- **FEF** – Fundo de Equilíbrio Financeiro, repartido da seguinte forma:
 - FGM – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de financiamento e investimento;
 - FCM – Fundo de Coesão Municipal: visa a correção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- **FSM** – Fundo Social Municipal: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- **Participação variável no IRS** – Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (83,24%), quer de capital (66,49%).

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	3.171.860,92	83,24%	2.537.999,00	80,20%
Outras Entidades Estado	421.465,26	11,06%	427.836,61	13,52%
Participação Comunitária	68.797,90	1,81%	45.608,79	1,44%
Fundos e Serv. Autónomos	49.509,10	1,30%	2.244,74	0,07%
Outras transferencias correntes	98.884,12	2,60%	150.927,61	4,77%
Total das Transferências Correntes	3.810.517,30	100,00%	3.164.616,75	100,00%

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	2.033.874,92	66,49%	1.355.804,00	68,26%
Outras Entidades Estado	0,00	0,00%	5.392,00	0,27%
Participação Comunitária	1.024.828,01	33,51%	624.985,00	31,47%
Outras transferências capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total das Transferências Capital	3.058.702,93	100,00%	1.986.181,00	100,00%

No exercício de 2012, os fundos municipais tiveram a seguinte representação:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Total
Capital	2.033.874,92	-	-	2.033.874,92
Corrente	2.766.161,92	216.129,00	189.570,00	3.171.860,92
Total	4.800.036,84	216.129,00	189.570,00	5.205.735,84

2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

O mapa que se apresenta de seguida evidencia a evolução, até ao exercício de 2012, dos fundos municipais. Assinalamos o decréscimo de 5% do total dos fundos no exercício, face ao exercício transato.

Ano	Total de Fundos	Var n/n-1	Obs.
2003	3.785.037,00	-	
2004	3.966.719,00	4,80%	
2005	4.046.053,00	2,00%	
2006	4.046.053,00	0,00%	
2007	4.015.660,00	-0,75%	
2008	4.152.080,00	3,40%	
2009	4.460.774,00	7,43%	Mapa XIX, OE 2009
2010	4.506.500,00	1,03%	Mapa XIX, OE 2010
2011	4.281.175,00	-5,00%	Mapa XIX, OE 2011
2012	4.067.136,00	-5,00%	Mapa XIX, OE 2012

2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

O recurso da autarquia a fundos comunitários teve, em 2012, um acréscimo de aproximadamente 11,20 pontos percentuais face ao ano 2011. Como já verificado em 2010, a participação comunitária é especialmente notória em termos de capital: em 2012 o FEDER representou 88,53% do total das transferências de fundos comunitários. *Salientamos que a análise é suportada por valores efetivamente recebidos em cada um dos exercícios.*

	2012		2011		2010		2009	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FEDER	968.224,49	88,53%	624.985,00	93,20%	933.594,82	94,93%	152.059,00	91,41%
Outros	125.401,42	11,47%	45.608,79	6,80%	49.870,52	5,07%	14.289,48	8,59%
Total	1.093.625,91	100,00%	670.593,79	100,00%	983.465,34	100,00%	166.348,48	100,00%

2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do Município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro), nomeadamente no estabelecido no seu Título IV – Endividamento Autárquico, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro de 2010, Lei n.º 60-A/2011 de 30 de Novembro e pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro de 2011.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município à data de 31 de Dezembro de 2012, com os limites de endividamento calculados nos termos da LFL e de seguida calculados nos termos do artigo 66º do OE/2012 (Lei n.º 64-B de 30 de Dezembro):

		Descrição	2012
1		Capital em dívida de médio e longo prazo	12.198.379,12
2		Total do endividamento líquido	14.381.809,87
3		Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	1.114.170,70
		Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	861.634,56
		Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento MLP	393.565,42
4		Dívida à EDP 1988	
5	=1-3	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar no endividamento	11.084.208,42
6	=2-3-4	Endividamento Líquido a considerar	14.129.273,73
7		Limite aos empréstimos m.l. prazo (nº2,art.39º,Lei 2/2007)	100% 5.446.579,60
8		Limite ao endividamento líquido (nº1,art.37º,Lei 2/2007)	125% 6.808.224,50
9		Limite aos empréstimos curto prazo (nº1,art.39º,Lei 2/2007)	10% 544.657,96
Limite de empréstimos de curto prazo			
10		Endividamento bancário curto prazo	
11		Montante em excesso	
12		Margem para o limite	544.657,96
Limite de empréstimos de médio e longo prazo			
13	=5-7	Montante em excesso	6.031.194,24
14		Margem para o limite	
Limite de endividamento líquido			
14	=6-8	Montante em excesso	7.321.049,23
15		Margem para o limite	

(Valores em Euros)

Os limites instituídos nos normativos legais nesta tabela foram ultrapassados, como se resume:

- Excesso do limite de empréstimos de médio e longo prazo 6.031.194,24 €
- Excesso do limite do endividamento líquido 7.321.049,23 €

Data	Limite ao Endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Contribuição AM, SM e SEL para End. Lq.	Contribuição AM, SM e SEL para End. MLP	Montante em excesso	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido	Médio e longo prazos				Líquido	Médio e longo prazos
	1	2	3	4				8=1-3-5+6	8=2-4+7
01-01-2012	6.808.224,50	5.446.579,60	14.438.664,50	12.616.280,88	1.168.595,21	1.293.094,76	123.859,74	7.754.999,55	6.124.965,81
31-12-2012	6.808.224,50	5.446.579,60	14.381.809,87	12.198.379,12	1.114.170,70	861.634,56	393.565,42	7.321.049,23	6.031.194,24

(Valores em Euros)

Analisada a tabela anterior, podemos verificar que o município reduziu o excesso de endividamento líquido em cerca de 5,60%, e reduziu o excesso de endividamento de médio e longo prazo em cerca de 1,53%. Contribui para o excesso de endividamento líquido a contribuição da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e das Empresas Municipais. Para o endividamento de médio e longo prazo contribui para o excesso, face ao limite estabelecido pela

nova Lei das Finanças Locais, o endividamento das Empresas Municipais.

Caso não fossem integrados no endividamento líquido e no endividamento de médio e longo prazos as contribuições das AM, SM e SEL, o Município teria reduzido o endividamento líquido em cerca de 0,04% e o endividamento de médio e longo prazos em cerca de 6,06%.

Apresentamos de seguidas os cálculos efetuados de acordo com o estabelecido no OE/2012:

		Descrição	2012
1		Capital em dívida de médio e longo prazo	12.198.379,12
2		Total do endividamento líquido	14.381.809,87
3		Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	1.114.170,70
		Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	861.634,56
		Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento MLP	393.565,42
4		Dívida à EDP 1988	0,00
5	=1-3	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar no endividamento	11.084.208,42
6	=2-3-4	Endividamento Líquido a considerar	14.129.273,73
7		Limite aos empréstimos m.l. prazo	11.650.312,00
8		Limite ao endividamento líquido	13.023.241,00
		Limite de empréstimos de médio e longo prazo	
13	=5-7	Montante em excesso	0,00
14		Margem para o limite	172.538,16
		Limite de endividamento líquido	
14	=6-8	Montante em excesso	1.106.032,73
15		Margem para o limite	0,00

(Valores em Euros)

Os limites instituídos no OE 2012, nesta tabela foram ultrapassados, como se resume:

- Margem para o limite de empréstimos de médio e longo prazo 172.538,16 €
- Excesso do limite do endividamento líquido 1.106.032,73 €

Data	Limite ao Endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Contribuição AM, SM e SEL para End. Liq.	Contribuição AM, SM e SEL para End. MLP	Montante em excesso	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido	Médio e longo prazos				Líquido	Médio e longo prazos
	1	2	3	4				8=1-3-5+6	8=2-4+7
01-01-2012	13.023.241,00	11.650.312,00	14.438.664,50	12.616.280,88	1.168.595,21	1.293.094,76	123.859,74	1.539.923,05	-
31-12-2012	13.023.241,00	11.650.312,00	14.381.809,87	12.198.379,12	1.114.170,70	861.634,56	393.565,42	1.106.032,73	-

(Valores em Euros)

Considerados estes novos limites verificamos que o município reduziu o excesso de endividamento líquido em cerca de 28%, e não excedia os limites de endividamento de médio e longo prazo.

3. ANÁLISE DE ATIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa de Execução das Atividades Mais Relevantes (AMR's). Os mapas anteriormente referidos, descrevem os investimentos e as atividades relevantes, concluídos e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

A nível financeiro, como síntese, é de destacar:

- Execução anual do PPI

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	4.468.144,98
Faturado no ano	1.199.097,83
Total.....	5.667.242,81
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	3.277.303,57

- Execução anual das AMR's

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	2.858.945,67
Faturado no ano	3.807.854,45
Total.....	6.666.800,12
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	2.117.686,93

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2012		2011		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	297.199,41	4,00%	370.733,05	4,78%	-73.533,64	-19,83%
Impostos e taxas	1.572.572,19	21,18%	1.589.301,15	20,48%	-16.728,96	-1,05%
Variação da produção						nd
Trabalhos para a própria entidade						nd
Proveitos suplementares						nd
Transferências e subsídios obtidos	4.680.458,33	63,05%	4.855.273,09	62,57%	-174.814,76	-3,60%
Outros proveitos e ganhos operacionais						nd
Proveitos e ganhos financeiros	463.174,59	6,24%	383.889,07	4,95%	79.285,52	20,65%
Proveitos e ganhos extraordinários	410.084,07	5,52%	560.700,43	7,23%	-150.616,36	-26,86%
Proveitos Totais	7.423.488,59	100,00%	7.759.896,79	100,00%	-336.408,20	-4,34%

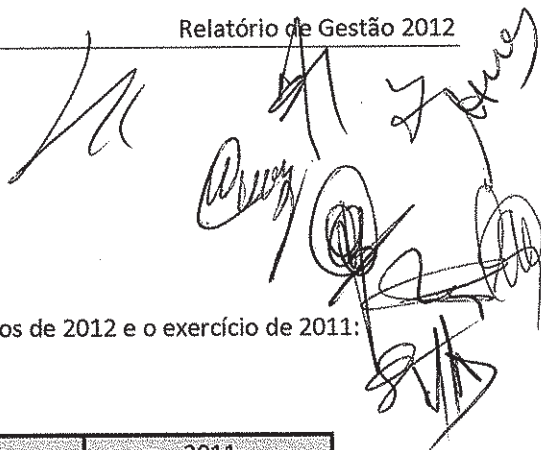
Observamos que 63,05% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos, com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado.

4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

Estrutura de Custos	2012		2011		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas	83.444,64	0,75%	152.149,57	1,38%	-68.704,93	
Fornecimentos e serviços externos	2.867.347,08	25,92%	2.735.167,87	24,81%	132.179,21	4,83%
Custos com o pessoal	2.360.257,96	21,34%	2.677.510,39	24,29%	-317.252,43	-11,85%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	384.273,45	3,47%	628.232,63	5,70%	-243.959,18	-38,83%
Amortizações do exercício	3.743.624,89	33,85%	3.704.399,23	33,60%	39.225,66	1,06%
Provisões do exercício						
Outros custos e perdas operacionais	5.048,91	0,05%	4.346,02	0,04%	702,89	16,17%
Custos e perdas financeiros	658.795,24	5,96%	453.213,32	4,11%	205.581,92	45,36%
Custos e perdas extraordinários	957.573,20	8,66%	670.147,32	6,08%	287.425,88	42,89%
Custos Totais	11.060.365,37	100,00%	11.025.166,35	100,00%	35.199,02	0,32%

A rubrica de amortizações do exercício com 3.743.624,89 € e com um peso de 33,85% do total dos custos, tal como no exercício anterior, constitui a principal componente dos custos do Município. Perspectiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros, contribuindo decisivamente para o valor negativo de resultados líquidos dos exercícios. Também preponderantes na estrutura dos custos, são os custos com fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal, que no exercício de 2012 representam 25,92% e 21,34% dos custos totais, respectivamente.



4.1.3. RESULTADOS

4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2012 e o exercício de 2011:

Rubricas	2012	2011
Resultados Operacionais	-2.893.767,00	-3.086.498,42
Resultados Financeiros	-195.620,65	-69.324,25
Resultados Correntes	-3.089.387,65	-3.155.822,67
Resultados Extraordinários	-547.489,13	-109.446,89
Resultados Líquidos	-3.636.876,78	-3.265.269,56

Mantém-se a tendência de resultados negativos, também verificada nos exercícios anteriores, que se podem justificar com dificuldades que a autarquia tem em aumentar receitas próprias, assim como uma parte significativa dos custos que assume de carácter fixo/regular.

4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2012	2011	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas de Terceiros de curto prazo	1.046.282,71	1.882.477,30	-836.194,59	-44,42%
Empréstimos concedidos				
Clientes, c/c				
Contribuintes, c/c	367,08		367,08	
Utentes, c/c	209.040,91	209.040,91		
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	310,43	310,43		
Adiantamentos a fornecedores				
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
Estado e outros entes públicos				#DIV/0!
Administração autárquica	53.988,26	53.988,26		
Outros devedores	782.576,03	1.619.137,70	-836.561,67	-51,67%
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo				
Total da Dívida de Terceiros	1.046.282,71	1.882.477,30	-836.194,59	-44,42%

Verifica-se um decréscimo da dívida de terceiros no exercício de 2012 em comparação com igual período do exercício anterior, tendo resultado essencialmente de valores recebidos pela participação em projectos co-financiados.

4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

Designação	2012	2011	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas a Terceiros de curto prazo	5.452.151,57	7.405.877,67	-1.953.726,10	-26,38%
Empréstimos a curto prazo		450.000,00	-450.000,00	
Adiantamentos por conta de vendas				
Fornecedores c/c	2.168.238,59	1.523.296,21	644.942,38	42,34%
Fornecedores - Facturas em recep.e conferência				
Clientes e utentes c/cauções	925,94	925,94		
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Fornecedores de imobilizado c/c	806.148,96	729.536,02	76.612,94	10,50%
Estado e outros entes públicos	35.485,58	38.906,10	-3.420,52	-8,79%
Administração autárquica	48.256,55	14.527,72	33.728,83	232,17%
Outros credores	2.393.095,95	4.648.685,68	-2.255.589,73	-48,52%
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	12.198.379,12	12.616.280,88	-417.901,76	-3,31%
Dívidas a instituições de crédito	12.198.379,12	12.616.280,88	-417.901,76	-3,31%
Total da Dívida a Terceiros	17.650.530,69	20.022.158,55	-2.371.627,86	-11,85%

No final de 2012, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam um valor de 5.452.151,57€, inferiores em relação ao ano anterior na ordem dos 26,38%. O saldo da rubrica '*Outros Credores*' respeita fundamentalmente a acordos de regularização de dívida e ao valor em dívida à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão relativamente a empréstimos.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, integralmente respeitantes a empréstimos bancários, registam um decréscimo de 3,31% em relação a 2011, devendo-se este decréscimo à não contracção de novos empréstimos e à amortização dos contraídos em exercícios anteriores.

Existem encargos de empréstimos que não estão a ser liquidados nos prazos estabelecidos; À data de 31 de Dezembro de 2012 o valor destes encargos (amortização e juros) ascendia a 642.535,48 euros.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõem-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 3.636.876,78 euros (três milhões, seiscentos e trinta e seis mil, oitocentos e setenta e seis euros e setenta e oito cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Transferência para Resultados Transitados -3.636.876,78 €